



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GERARDO MILTON DE SÁ NETO

**O NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS BRASILEIRAS,
NO PADRÃO INTERNACIONAL GRI**

**FORTALEZA
2014**

GERARDO MILTON DE SÁ NETO

**O NÍVEL DE DIVULGAÇÃO AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS
BRASILEIRAS, NO PADRÃO INTERNACIONAL GRI.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Contábeis do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Profa. Célia Maria Braga Carneiro.

FORTALEZA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

S112n Sá Neto, Gerardo Milton de.
O nível de divulgação ambiental das instituições bancárias brasileiras , no padrão internacional GRI / Gerardo Milton de Sá Neto. - 2014.
45 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Monografia (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Contábeis , Fortaleza, 2014.
Orientação: Profa. Profa. Dra. Célia Maria Braga Carneiro.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Bancos. I. Título.

CDD 657

RESUMO

Atualmente, o setor bancário está inserido em um contexto em que há grande polêmica sobre o Desenvolvimento Sustentável e o modo como as instituições financeiras lidam com o tema. Retratou-se a importância da divulgação ambiental para que as necessidades de informações desse cunho fossem providas aos *stakeholders* das instituições bancárias. O presente trabalho tem como objetivo analisar o nível de divulgação ambiental das instituições bancárias brasileiras, no padrão internacional GRI. Para isso, foram estudados os Relatórios de Sustentabilidade apresentados conforme diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), organização considerada como referência na padronização da divulgação de informações socioambientais nos Relatórios de Sustentabilidade. Houve a discriminação dos indicadores ambientais propostos pela GRI que são materiais para o segmento bancário e a identificação das organizações bancárias elencadas pelo Banco Central do Brasil que publicam os Relatórios de Sustentabilidade segundo o modelo GRI. Atenderam ao disposto acima 15 indicadores ambientais e 14 instituições bancárias. Foram estudadas as partes interessadas dos bancos brasileiros, para que fosse possível sua identificação. Foi calculado índice do Nível de Divulgação dos Indicadores Ambientais (NDIA) das instituições bancárias e foi constatado que apenas 43% das instituições superaram a média de divulgação ambiental. Concluiu-se, a partir de análise descritiva e documental realizada, que houve variabilidade no nível de divulgação ambiental, no padrão internacional GRI, no ano de 2012, mas que os bancos com maior volume de Patrimônio Líquido obtiveram boa divulgação ambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. Relatórios de Sustentabilidade. Bancos.

ABSTRACT

The current banking sector is embedded in a context where there is strong controversy on Sustainable Development and how financial institutions deal with this subject. Environmental awareness is an important deal, so the information on this matter is provided to stakeholders of the banking institutions. The present study aimed to analyze the level of environmental disclosure of Brazilian banks, the international standard. For this, the Sustainability Reports submitted according to guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI), an organization regarded as a reference to standardize the disclosure of environmental information in sustainability reports were studied. There was discrimination of environmental indicators proposed by the GRI which are material for the banking sector and the identification of banking organizations listed by the Brazilian Central Bank that publishes sustainability reports according to GRI. Attended the foregoing 15 environmental indicators and 14 banking institutions. The interested parts were studied, so that they could be identified. It was concluded, from descriptive and documentary analysis, that there was instability in the level of environmental disclosure in the international standard in 2012, but that banks with higher volume of Equity obtained good environmental disclosure.

Key words: Corporate Social Responsibility. Sustainability Reports. Banks.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEORICO.....	4
2.1 O Sistema Financeiro Nacional e os Bancos.....	4
2.2 A Inserção das Instituições Bancárias no Contexto da Responsabilidade Social.....	8
2.3 A Teoria dos <i>Stakeholders</i> e a Responsabilidade Socioambiental.....	13
2.4 Relatórios de Sustentabilidade e o Modelo GRI.....	16
2.5 Indicadores Ambientais.....	21
3 METODOLOGIA.....	25
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	28
4.1 Análise Descritiva.....	28
4.2 Análise Qualitativa.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXOS.....	39

1 INTRODUÇÃO

As questões socioambientais têm alcançado grande relevância nas atividades empresariais, tornando-se decisivas, progressivamente, desde a década de 90, para o crescimento das organizações. Com isso, ao passar dos anos, promoveram a transparência de informações relacionadas ao meio ambiente e a aspectos sociais internos e externos em relatórios de sustentabilidade anualmente.

A aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável pelas empresas é fator de grande influência para os *stakeholders*, impactando, assim, o resultado financeiro das organizações. Esses *stakeholders* priorizam as organizações que se preocupam com o desenvolvimento sustentável e aplicam seus recursos em instituições bancárias que os utilizarão com a finalidade de promover condições ambientais e sociais satisfatórias para a geração atual e futura. Com a perspectiva de crescimento do mercado financeiro e a crescente preocupação com a sustentabilidade, os bancos investem para se adequar e conquistar investidores.

O estudo contempla o seguinte problema científico: qual o nível de divulgação ambiental nas instituições bancárias brasileiras, no padrão internacional GRI? Para solucionar o problema, foram estabelecidos um objetivo geral e quatro objetivos específicos.

Para responder à questão, foi estudado o objetivo geral de analisar o nível de divulgação ambiental nas instituições bancárias brasileiras, no padrão internacional GRI. Foram utilizados na pesquisa indicadores ambientais, segundo o modelo sugerido pela *Global Reporting Initiative* (GRI), organização considerada referência em estudos para divulgação de informações socioambientais.

Para dar suporte ao objetivo geral, foram elaborados quatro objetivos específicos: contextualizar o Sistema Financeiro Nacional e as instituições bancárias, estudar as instituições bancárias e a Responsabilidade Social, identificar os *stakeholders* das instituições bancárias e analisar os indicadores ambientais contemplados no GRI e publicados pelas instituições bancárias.

No decorrer do estudo, foi analisado o cenário do Sistema Financeiro nacional e das instituições bancárias e estudada a relevância das práticas de Responsabilidade Social

aplicadas àquelas instituições, com a finalidade de contextualizar o objetivo ao objeto de estudo.

Além disso, foram identificadas as partes interessadas das instituições bancárias, com o intuito de demonstrar os usuários das informações ambientais e a influência em diversos segmentos de suma importância para as organizações estudadas.

Para a conclusão do estudo, foram identificados, nos modelos de Relatórios de Sustentabilidade sugeridos pela GRI, os indicadores ambientais e quais deles foram publicados pelas instituições bancárias, em seus relatórios, no ano de 2012.

A pesquisa confirmará a relevância dos estudos sobre Sustentabilidade aplicada às instituições financeiras e a necessidade do seu constante aprimoramento, afinal não se pode desvincular o aspecto socioambiental na realização das atividades financeiras, pois o desenvolvimento financeiro deve ser compatível com uma perspectiva de condições dignas de vida. Além disso, as instituições bancárias, ao operar suas atividades, têm como principal cliente a sociedade e, por isso, devem se preocupar com o bem estar social desta.

O estudo está estruturado em 5 seções. A primeira delas é esta introdução, que contextualiza o tema da pesquisa e dispõe sobre o problema científico e os objetivos a serem perseguidos para solucioná-lo.

A segunda seção aborda o Referencial Teórico, que embasará os resultados empíricos, sendo subdividido em cinco subseções: O Sistema Financeiro Nacional e os Bancos, A Inserção das Instituições Bancárias no Contexto da Responsabilidade Social, A Teoria dos *Stakeholders* e a Responsabilidade Socioambiental, Relatórios de Sustentabilidade e o Modelo GRI e Indicadores Ambientais.

A terceira seção trata da Metodologia utilizada na pesquisa, onde serão explicados os métodos e técnicas, bem como o universo e quais os critérios adotados para que fosse possível identificar a amostra.

A quarta seção revela a Análise de Resultados do estudo, compreendendo a análise sobre os dados coletados e organizados e descrevendo os resultados obtidos a partir da análise.

A quinta seção contempla as Considerações Finais, que traz as respostas para o problema científico e objetivos propostos, a partir do embasamento teórico apresentado e dos resultados obtidos através da análise de dados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Sistema Financeiro Nacional e os Bancos

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é estruturado para promover o desenvolvimento equilibrado do país e, para isso, compõe-se de instituições e órgãos que desempenham atividades reguladoras e executoras de operações financeiras e creditícias, que são intermediadas no mercado financeiro.

Fortuna (2011, p. 16) conceituou o SFN:

Uma conceituação bastante abrangente de sistema financeiro poderia ser a de um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recurso entre poupadores e investidores. O mercado financeiro, onde se processam essas transações, permite que um agente econômico qualquer (um indivíduo ou empresa), sem perspectivas de aplicação em algum empreendimento próprio, da poupança que é capaz de gerar (denominado como um agente econômico superavitário), seja colocado em contato com outro, cujas perspectivas de investimento superam as respectivas disponibilidades de poupança (denominado como um agente econômico deficitário).

Dois dos componentes do SFN são os bancos comerciais e múltiplos. Aqueles são instituições que oferecem ao mercado (comércio, indústria, prestadoras de serviços e pessoas físicas) a intermediação financeira para o abastecimento de recursos, seja para propiciar o desenvolvimento das atividades dos setores da economia ou para realizar sonhos e proporcionar condições melhores aos cidadãos. Fortuna (2011, p. 28) define os bancos comerciais como “[...] intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos, naturalmente criando moeda através do efeito multiplicador do crédito”.

Os Bancos Múltiplos (BM) possibilitam a execução das funções de um banco comercial, conjuntas a atividades desempenhadas por outros tipos de instituições financeiras criadas para realizar especificamente tais atividades, como dispõe Fortuna (2011, p. 42):

O estatuto de um BM permite que algumas dessas instituições, que muitas vezes eram empresas de um mesmo grupo, se constituam em uma única instituição financeira com personalidade jurídica própria e, portanto, com um único balanço, um único caixa e, conseqüentemente, significativa redução de custos. Em termos práticos, mantém as mesmas funções de cada instituição em separado, com as vantagens de contabilizar as operações como uma só instituição.

Para que um banco seja considerado múltiplo, deverá estar habilitado a desempenhar, pelo menos, duas atividades financeiras distintas, ou seja, deve possuir, no mínimo, duas

carteiras (comercial, investimento, aceite, crédito imobiliário, desenvolvimento e *leasing*), sendo, obrigatoriamente, uma delas comercial ou de investimento (FORTUNA, 2011).

O Brasil, após anos de influência dos mercados americano e europeu, vem se consolidando como estrutura bimodal, constituída por bancos universais ou múltiplos e de nicho, que operam com carteiras específicas. Porém, os bancos universais ainda são os principais tipos de bancos no país (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DO MERCADO ABERTO, 2001, p. 27).

Segundo Camargo (2009), na década de 90, a partir de uma abertura comercial e financeira do Brasil e da reestruturação bancária introduzida pelo governo, os bancos estrangeiros ampliaram sua participação no mercado brasileiro, acarretando em fusões e incorporações entre instituições bancárias e, conseqüentemente, aumentando a concentração bancária no país.

A partir da publicação da Resolução BACEN nº 1.542/88, que permitiu aos bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento se organizarem sob a forma de uma única instituição financeira, ocorreram fusões e incorporações, através de compras de bancos menores. Isso fortaleceu as instituições financeiras na perspectiva de adequar o SFN aos padrões internacionais. De acordo com a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (2001, p. 32), no tocante às mudanças que ocorreram na década de 90,

[...] além do processo de reestruturação organizacional, o novo ambiente de competição e a queda abrupta das receitas inflacionárias ocasionaram ajustes na própria forma de atuação das instituições financeiras. A busca por aumento de produtividade mediante investimentos em tecnologia, o redirecionamento das fontes de receita e a redução dos custos deram origem a estruturas mais enxutas.

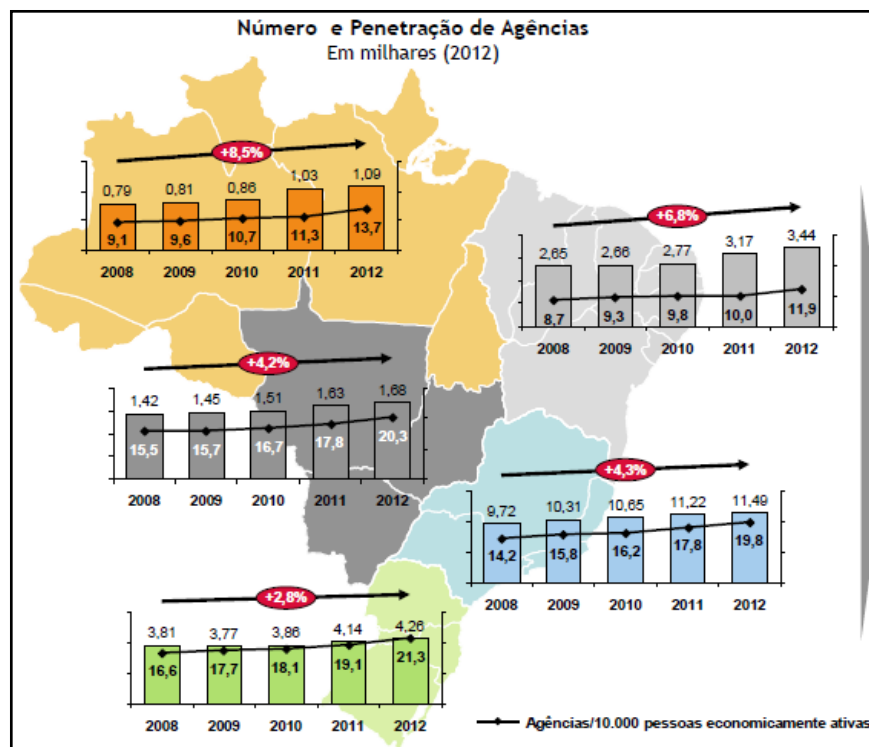
A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) indica a expansão das agências no mercado e o crescimento mais acentuado, quando comparados aos anos de 2011 e 2012:

De forma a aumentar a capilaridade de seus serviços e garantir uma maior penetração em todo o País, os grandes bancos brasileiros impulsionaram a abertura de novas agências e postos tradicionais de atendimento durante os últimos dez anos, resultando em uma taxa média de crescimento de cerca de 3% ao ano nesse período. Em 2011, em especial, o número de agências aumentou em 7% em relação ao ano anterior, número este impulsionado por uma maior concorrência em locais menos populosos que grandes centros, mas que já se tornam atrativos para um posicionamento mais efetivo em comparação com os serviços de correspondente no País, confirmando a tendência de crescimento cada vez mais expressivo para o futuro, até em função de projeções de maior bancarização de novas camadas da população brasileira.

Conforme apresenta a FEBRABAN, até dia 1º de abril de 2013 há 148 instituições bancárias no Brasil, das quais 122 são múltiplas e 19 são comerciais.

A Figura 1 apresenta a distribuição de agências e o seu crescimento por região geográfica do país nos últimos cinco anos. Observa-se que o crescimento da atuação bancária se deu em maior volume nas regiões Norte e Nordeste. Na região Norte, o número de agências bancárias, que era de 790, em 2008, aumentou para 1.090, em 2012. O menor crescimento foi percebido na região Sul, com apenas 2,8% de incremento de agências nos cinco últimos anos.

Figura 1: Número de agências por regiões do Brasil.



Fonte: FEBRABAN (2013).

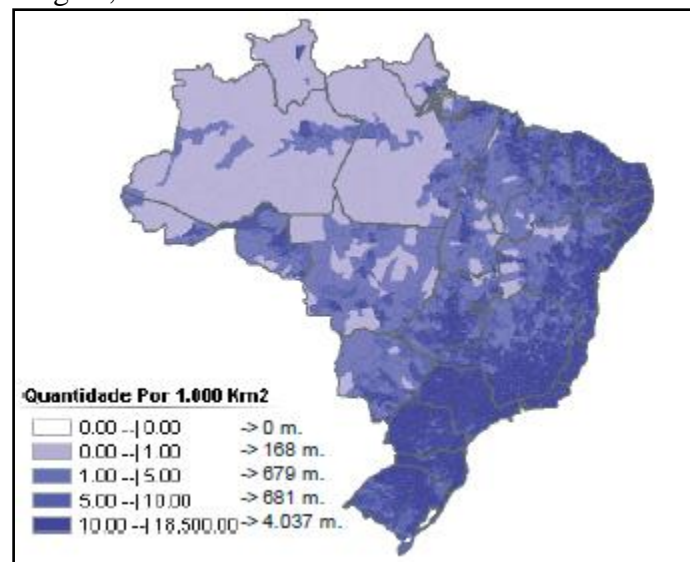
No entanto, essas são as duas regiões que apresentam a menor penetração de agências, que pode ser entendida como a proporção de agências para habitantes economicamente ativos. As regiões Norte e Nordeste possuem menos de 15 agências para atender a cada 10.000 habitantes economicamente ativos, enquanto as regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste apresentam, em média, 20 agências para atender ao mesmo grupo de pessoas.

Quanto à capilaridade, a rede de atendimento bancário é composta por alguns canais, dos quais os principais são as agências, Postos de Atendimento Bancário (PAB), Postos de Atendimento Eletrônico (PAE), Postos Avançados de Atendimento (PAA) e correspondentes bancários.

As agências são dependências de instituições financeiras que, geralmente, são responsáveis pela prestação da maioria dos serviços daquela instituição. Os PAB's, de acordo com o Banco Central do Brasil, são “[...] dependências de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial ou de caixa econômica que podem ser instalados exclusivamente em recinto interno de entidade da administração pública ou de empresa privada”. Eles se limitam a prestar serviços de interesse de sua hospedeira ou de seus colaboradores. Os PAE são canais automatizados exclusivamente de autoatendimento, disponíveis somente para BM com carteira comercial, BC ou caixa econômica. Os correspondentes bancários são empresas contratadas pelas instituições financeiras para prestação de alguns serviços bancários em nome da instituição contratante. Os PAA são dependências para atendimentos bancário, instaladas exclusivamente em municípios onde não haja prestação de serviços bancários. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011)

Com a importância da capilaridade no setor bancário, as instituições têm buscado o crescimento dos canais de atendimento para alcançar o maior número de cidadãos e, assim, conquistar mercado. A Figura 2 contempla as informações sobre a distribuição de canais de atendimento bancário (agências, PAB, PAA e correspondentes) pelo país.

Figura 2: Capilaridade de atendimento bancário por região, em 2010.



Fonte: Banco Central do Brasil (2011).

A Figura 2 mostra que até o final do ano de 2010, existia, pelo menos, um canal para atendimento a cada 1.000 km². Isso mostra a relevância da capilaridade no setor bancário brasileiro.

Tendo em vista o papel dos bancos para a sociedade, já que todas as classes sociais utilizam seus serviços, seja para a intermediação financeira ou para o usufruto de benefícios governamentais, os bancos necessitam criar uma boa reputação.

A divulgação de informações em investimentos socioambientais resultará em transparência e boa reputação diante da sociedade e dos diversos interessados na situação das instituições, pois, direta ou indiretamente, estão vinculados às instituições bancárias, seja pelo fornecimento de algum serviço, pelo investimento nas organizações ou pela gestão/ aplicação de recursos públicos.

2.2 A Inserção das Instituições Bancárias no Contexto da Responsabilidade Social

Na primeira metade do século XX, o desenvolvimento econômico era alcançado a qualquer custo. Os empresários não se importavam com os impactos sociais e ambientais que seriam causados com o avanço e desenvolvimento dos seus negócios. O lucro era o principal objetivo e todas as ações que o alavancassem deveriam ser realizadas. Não havia a preocupação com o resultado desse desenvolvimento desenfreado no que concerne aos danos ao meio ambiente e aos prejuízos à qualidade de vida dos cidadãos em longo prazo.

Na década de 80, foi debatido, em encontros mundiais sobre práticas e políticas ambientais, o impacto do desenvolvimento econômico no ambiente e na sociedade. Porém, não houve consenso e surgiu a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente e da qualidade de vida da sociedade.

Friedman (1970) defende tal incompatibilidade ao refutar o caráter corporativo da responsabilidade social. Para ele, as organizações, ao praticar os conceitos de desenvolvimento sustentável e, por exemplo, investir em ações que impliquem em redução da poluição, poderão comprometer sua situação financeira.

Em contraponto, Donaire (1999) explica que é possível relacionar a promoção do desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico enfatizando que algumas empresas podem alcançar lucro ao passo que atuam na proteção ao meio ambiente, mesmo que não atuem no 'mercado verde'. Para isso, é necessário utilizar criatividade e usufruir de condições internas para transformar ameaças ambientais em oportunidades de negócios.

Defende-se a compatibilidade entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. É possível impulsionar a economia e alavancar o resultado de uma empresa e

investir na preservação do meio ambiente e na manutenção de condições dignas de vida para a sociedade. Ribeiro (2010, p. 3) destaca essa compatibilidade ao constatar que

Urge conciliar os sistemas econômico e ecológico, em especial, porque os dois necessariamente interagem. Assim, não se pode fazer uma escolha entre desenvolvimento econômico ou meio ambiente saudável. A convivência harmoniosa entre eles é de fundamental importância, visto que são vitais para a sobrevivência da humanidade; não são mutuamente exclusivos, mas partes que se complementam.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2014, p.1) define Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Para que sejam efetivas as aplicações de ferramentas de promoção da RSE, fatores como a ética, a transparência e a preocupação com o desenvolvimento sustentável são essenciais. A RSE depende da utilização do conceito de desenvolvimento sustentável para que seja possível o alcance de sua finalidade.

Em 1987, a Comissão de *Brundtland*, publicou um relatório que tratava sobre o desenvolvimento e o meio ambiente. Neste documento a comissão presidida por Gro Harlem Brundtland apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, de acordo com a ONU (2013):

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.

De acordo com Henriques e Richardson (2004), para ser sustentável o desenvolvimento deve apresentar três dimensões, denominadas *Triple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade): social, econômica e ambiental. Santos, Peixoto e Xavier (2008) explicam que a dimensão econômica pode ser entendida como a capacidade de uma sociedade de gerar riqueza, a dimensão social requer que essa riqueza seja dividida e a dimensão ambiental diz respeito à preservação do meio ambiente concomitante à execução das atividades de produção.

No entanto, para Sachs (2004), a melhor forma de classificar o desenvolvimento sustentável seria em cinco dimensões: social, ambiental, política, econômica e territorial. A

dimensão política refere-se ao poder de influência do estado para que os empreendedores promovam o desenvolvimento sustentável. A dimensão territorial indica a importância da distribuição dos recursos e da população nos espaços, de forma a facilitar as ações de desenvolvimento sustentável.

A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável do Brasil, ao publicar a Agenda 21 Brasileira, definiu cinco dimensões para o desenvolvimento sustentável: geoambiental, informação e conhecimento, econômica, político-institucional e social. O destaque dessa classificação está na inclusão da dimensão de informação e conhecimento, que introduz a noção de que o uso da tecnologia e de pesquisas científicas podem criar meios de mitigar os impactos socioambientais.

Embora existam diversas classificações acerca das dimensões do desenvolvimento sustentável, a mais utilizada, atualmente, é a do *Triple Bottom Line* (social, econômica e ambiental), adotada pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e que será utilizada neste estudo.

Atualmente, as empresas efetuam diversos investimentos para promover a proteção ambiental e o desenvolvimento social em suas atividades e na comunidade, pois o assunto continua sendo debatido mundialmente. A Responsabilidade Socioambiental e a transparência das suas informações são de suma importância, porque as partes interessadas consideram tais informações para analisar potenciais investimentos e negócios com as empresas.

Segundo Mikhailova (2004, p. 28),

Sustentabilidade se relaciona à quantidade do consumo que pode continuar indefinidamente sem degradar os estoques de capital total, que é representada pela soma de capital material (manufaturado, feito pelo homem), capital humano e capital natural. Porém, de todas as partes do capital total somente uma não pode ser reproduzida pelas gerações futuras. Isto é o capital natural, o patrimônio natural da humanidade.

Portanto, os conceitos de Desenvolvimento Sustentável (DS), Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial (RSE) são distintos, porém corroboram para o mesmo fim: propiciar condições para que as organizações se desenvolvam de modo que, ao mesmo tempo, preocupem-se com a transparência e ética de suas atividades, bem como desenvolvam estratégias que possibilitem prevenir ou minimizar os impactos causados por suas atividades, para que as próximas gerações não sofram pelos danos causados hoje.

Apesar de não atuarem diretamente em atividades responsáveis por degradação ambiental ou social, as instituições bancárias estão inseridas no *portfólio* de empresas que se preocupam com a Responsabilidade Social Empresarial, pois concedem recursos através de empréstimo e financiamentos para a operacionalização financeira e a realização de obras de infraestrutura empresarial, que podem degradar o ambiente e prejudicar a sociedade. E, a própria entidade pode ter uma atividade que promove impactos ambientais e que durante a elaboração do projeto de solicitação do financiamento já deve apresentar os elementos que serão utilizados como fatores de correção de tais impactos.

A Lei nº 6.931/81, que trata sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, prevê penas para instituições bancárias que financiem obras sem critérios de prevenção e proteção ambientais que venham a causar danos e prejuízos à população e ao meio ambiente. As instituições, nesse caso, são consideradas corresponsáveis por esses danos e prejuízos. A lei prevê, em seu artigo 12, *caput* e em seu parágrafo único, que:

As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA. Os órgãos e entidades referidos no “caput” deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle e degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

Com a finalidade de mitigar o risco operacional e proteger a imagem institucional, os bancos, no processo de financiamento de obras, exigem licenças ambientais e Relatórios de Sustentabilidade das empresas que pretendem pleitear um financiamento.

As empresas com atividades de impacto ambiental, ou seja, as que utilizam recursos naturais e causam potencial degradação ambiental, estão sujeitas a dois principais tipos de taxas: Taxa de Licenciamento Ambiental e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental. A primeira deve ser recolhida quando a empresa pretende construir, instalar ou ampliar empreendimento que cause impacto ambiental; a segunda é arrecadada para a manutenção do controle e fiscalização das atividades impactantes. Além disso, podem ser cobradas multas ambientais, que devem ser pagas, por exemplo, quando a empresa não possui licenciamento ambiental e explora recursos naturais que causem prejuízo ao meio ambiente. As taxas e multas são previstas em legislações federais, estaduais e municipais (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2004).

O Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) prevê, em seu artigo 35, que informações sobre a utilização de carvão, madeira e outros produtos ou subprodutos florestais serão disponibilizados para acesso público através da *Internet*. Esse novo dispositivo, incluído na nova redação do Código Florestal Brasileiro, proporciona mais um instrumento regulatório ambiental, que pode ser exercido pela sociedade.

Vale salientar que as informações poderão ser utilizadas por diversos usuários: *stakeholders* que necessitam avaliar um novo investimento em uma empresa; bancos, ao analisar a concessão de crédito às organizações; um potencial cliente de um banco, que pode decidir pela não aplicação de seus recursos em virtude de investimentos ou concessão de crédito deste para empresas que degradam o ambiente.

No contexto internacional existe um conjunto de 10 princípios, denominados Princípios do Equador, que norteiam a prática dos bancos na concessão de financiamentos. Os princípios foram criados pelo *International Finance Corporation* (IFC), entidade vinculada ao Banco Mundial, com a finalidade de elaborar condições e regras que objetivam a mitigação dos riscos socioambientais pelos bancos. Essa regulamentação demonstra o compromisso do setor bancário mundial com a sustentabilidade.

Magalhães (2010) explica que “[...] a aplicação dos Princípios do Equador serve também como processo de aprendizado e formação de equipes de risco socioambiental nos bancos que vão criando critérios e procedimentos específicos, de acordo com as condições de cada instituição”.

Os bancos, inseridos na nova realidade mercadológica, onde os impactos socioambientais afetam sua reputação, investem em treinamentos para capacitação de profissionais, a fim de habilitá-los a avaliar e identificar riscos socioambientais, conforme explica Vasconcelos (2011, p. 191-192):

A capacitação de gerentes e analistas para disseminar a política de risco socioambiental e promover a avaliação de riscos socioambientais em toda a área de crédito é outra prática comum. Seu objetivo consiste em instruir as equipes para identificar riscos em grupos econômicos e setores considerados críticos, como ligado ao petróleo, químico, petroquímico, de celulose e siderúrgico.

Organizações vinculadas às causas ambientais nas instituições financeiras também retratam a importância da sustentabilidade. A *Environmental Bankers Association* (EBA) explica que, mesmo que os prejuízos ao meio ambiente ocorram fisicamente nos setores de

energia, transporte e mineração, as instituições financeiras podem ser apontadas como as principais motivadoras dos impactos ambientais, porque seus clientes podem ser responsáveis pela violação de leis de proteção ambiental ou por não se responsabilizarem pela reparação de danos ambientais causados por eles. Por outro lado, clientes que são responsáveis quanto à adoção de políticas que minimizem os prejuízos ao meio ambiente podem promover a imagem da instituição financeira a que está vinculado (TOSINI, 2006).

Esse tipo de análise implica em aumento no risco do crédito, o que pode levar a instituição bancária a indeferir propostas de crédito, solicitar correções prévias na atuação ambiental da empresa e/ou aumentar taxa de juros para compensar o risco.

O *Market Intelligence Brief* (MIB), publicação do *International Finance Corporation* (IFC) (2003), afirma que os bancos estão suscetíveis a três tipos de riscos concernentes às questões ambientais: direto, indireto e de reputação. O risco direto se trata dos prejuízos causados diretamente pelos bancos, quando se observam as instalações, uso de materiais, energia, etc. O risco indireto diz respeito aos relacionamentos com seus clientes, a quem os bancos oferecem crédito ou obtêm ações. O risco de reputação aplica-se porque os bancos sofrem pressões da sociedade e de organizações não governamentais para que sejam adotadas políticas de empréstimo/financiamento ambientalmente corretas. Caso essa medida não seja tomada, a reputação dos bancos estará prejudicada diante da sociedade (TOSINI, 2006).

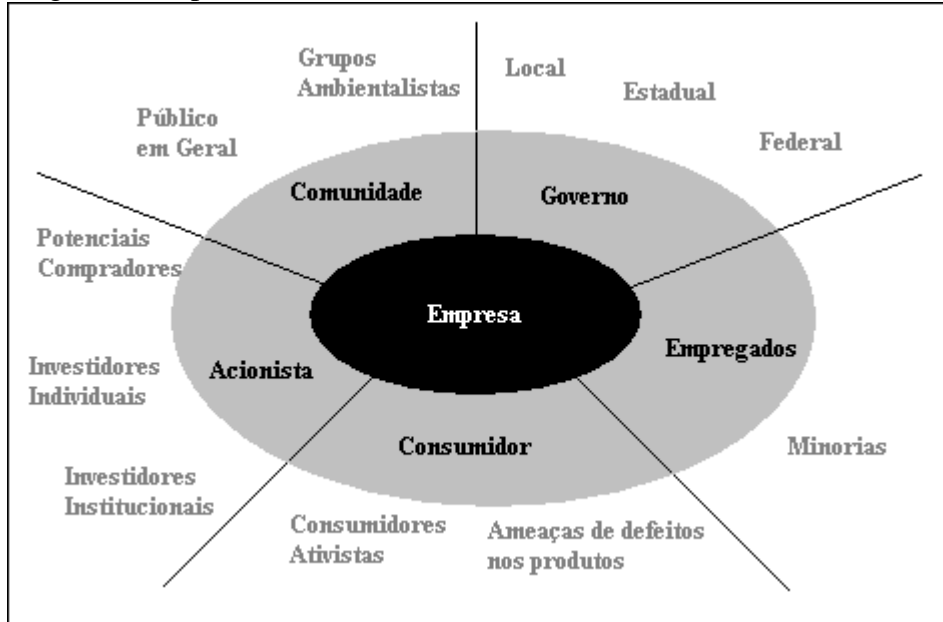
2.3 A Teoria dos *Stakeholders* e a Responsabilidade Socioambiental

Os *stakeholders*, de acordo com Freeman (1984), são denominados como todas as partes interessadas que podem influenciar ou serem influenciadas pelas decisões das organizações em busca de alcançar seus objetivos. Portanto, podem ser consideradas partes interessadas os fornecedores, clientes, acionistas, governo, sociedade e os próprios colaboradores das empresas.

A Teoria dos *Stakeholders* é criticada pela Teoria dos *Shareholders*, que se contrapõe àquela ao definir, conforme preceitua Friedman (1970), que as organizações não são influenciadas por todas as partes interessadas, mas apenas pelos acionistas e que, assim, as empresas devem direcionar seu foco, inteiramente, a alcançar resultados financeiros positivos para eles e que, por isso, as empresas não devem investir em sustentabilidade. Se houver o

interesse individual de investir em responsabilidade social, não seria necessário realizá-lo através de uma organização, mas, sim, individualmente, como pessoa física.

Figura 3: Empresa e *Stakeholders*.



Fonte: Carroll (1999, p. 9).

A Figura 3 apresenta os principais *stakeholders* das empresas em geral. A realidade do setor bancário não se distingue da retratada acima e possui, perceptivelmente, todas as cinco categorias de partes interessadas: acionistas, comunidade, governo, empregados e consumidores.

Com o objetivo de contribuir para a continuidade, as empresas seguem parâmetros para desenvolver aspectos que as façam mais competitivas, como sugere Tenório (2007, p. 222):

As empresas, em consonância com o mercado, que a cada dia que passa demonstra instabilidade quanto à forma de reagir aos estímulos empresariais, têm buscado o ambiente estratégico para fazer valer seu princípio natural de existência, a continuidade, identificando e implantando formas de manterem-se competitivas, independentemente do contexto onde atuam.

Portanto, as organizações devem encontrar o modelo estratégico que as tornem mais competitivas no mercado no contexto atual, onde a imagem institucional e a reputação são ferramentas valiosas para atrair investimentos, reter capital intelectual de qualidade, fidelizar clientes e manter relacionamentos transparentes com a sociedade. Neste aspecto a Responsabilidade Socioambiental tem sido um elemento relevante para as partes interessadas no mercado de capitais, destacadamente os investidos/acionistas.

Os bancos, como sugere a Bolsa de Valores de São Paulo (2008, p. 8), podem participar dos lançamentos de novas ações e os que desejarem adquiri-las poderão procurá-los: “Se pretender adquirir ações de emissão nova, ou seja, no mercado primário, o investidor deverá procurar um banco, uma corretora ou uma distribuidora de valores mobiliários, que participem do lançamento das ações pretendidas.”

Além de aquecer o mercado de capitais pela intermediação de ações, os bancos podem, ainda, lançar suas próprias ações no mercado, como é o caso de alguns dos maiores bancos, que apresentam suas ações avaliadas como as principais, segundo os indicadores Índice Bovespa (Ibovespa) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Atualmente, estão listadas 26 instituições financeiras no segmento bancário do mercado de ações da Bovespa, com a maior participação entre todos os segmentos, com aproximadamente 16,5% do volume total de papéis considerando o índice Bovespa (Ibovespa), que é definido pela BM&F Bovespa (fusão da Bolsa de Mercadorias e Futuros com a Bolsa de Valores de São Paulo) como o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro, ratificando, assim, a relevância do setor bancário para o mercado de capitais. (BM&F BOVESPA, 2014).

A BM&F Bovespa (2014, p. 1) também disponibiliza um índice de sustentabilidade, denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), com a finalidade de “[...] criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações”. A participação do segmento bancário nesse índice é de aproximadamente 15,5%, sendo a maior entre todos os segmentos. Infere-se que é uma parcela bastante significativa, tendo em vista que o setor bancário não causa impactos diretos ao meio ambiente.

O ISE é mais uma importante ferramenta disponibilizada para a análise de investimentos em empresas, apresentando informações inerentes à sustentabilidade e seguindo o conceito do Tripé da Sustentabilidade, conforme explica a BM&F Bovespa (2014, p. 1):

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas.

Os bancos sofrem pressão da comunidade por intermédio de organizações não governamentais, por exemplo, que observam a sua atuação social e as práticas ambientais adotadas. São fiscalizados pelo governo, já que devem cumprir as normas previstas no Código de Defesa do Consumidor, determinações do Banco Central do Brasil, dentre outros. São avaliados quanto a sua política de pessoal e podem incorrer em prejuízos devido a greves e denúncias dos sindicatos de empregados. São frequentemente analisados por potenciais investidores ou compradores, que decidirão se irão confiar e se vincular ao banco. Por fim, os serviços e o atendimento prestados definirão a fidelização ou não de seus clientes.

É de interesse social e empresarial, então, que os bancos disponham de esforços quanto à divulgação de informações socioambientais, através de seus relatórios de sustentabilidade ou similares, embasando suas atividades em transparência e ética.

2.4 Relatórios de Sustentabilidade e o Modelo GRI

Para que a transparência das informações socioambientais no Brasil possa ser executada, as empresas utilizam demonstrações contábeis específicas como o Balanço Social e o relatório de sustentabilidade ou incluem essas informações no seu relatório financeiro anual. Esta última modelagem integra a proposta do Relatório Internacional Integrado (RII).

A estrutura do Relatório Internacional Integrado está sendo desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), na Inglaterra, sob a presidência do Professor Mervyn King.

O Balanço Social, modelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), contém informações relativas a investimentos sociais internos, ou seja, os recursos dimensionados aos empregados; aos investimentos sociais externos, que são alinhados à promoção de qualidade de vida da sociedade; e aos investimentos ambientais, assim denominados os gastos da organização na sua atividade operacional e em investimentos no meio ambiente com a prevenção, a preservação e a recuperação ambiental.

É um modelo de relatório de Responsabilidade Social Corporativa adotado em nível nacional, elaborado de forma simplificada e com estrutura específica para diversas atividades.

O Relatório de Sustentabilidade também pode contemplar os indicadores Ethos criados pelo Instituto Ethos e fundamentado no modelo internacional do *Global Reporting Initiative* (GRI). Este modelo, apesar de voluntário, tem sido utilizado mundialmente para padronizar as informações sobre Responsabilidade Social Corporativa adotando o conceito filosófico de desenvolvimento sustentável da ONU.

Para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, as empresas, podem criar seu próprio modelo de relatório ou escolher dentre um dos diversos modelos já existentes que atendam as suas estratégias de divulgação. No cenário atual, a nível nacional e internacional, o modelo mais adotado pelas empresas é o GRI.

Barbieri (2004, p. 239) apresenta a GRI como:

Uma iniciativa voluntária da Ceres e do Tellus Institute, com apoio do PNUMA, que tem por objetivo promover e disseminar a divulgação do desempenho econômico, social e ambiental das organizações, mediante um sistema de relatório fácil de ser elaborado e compreensível para usuários de mais variados grupos de stakeholders.

As principais finalidades das diretrizes sugeridas pela GRI são a avaliação do desempenho e o padrão de referência quanto à obediência às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; a verificação de como a empresa influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; e a comparação de desempenho econômico, social e ambiental na organização e entre organizações distintas ao longo do tempo (GRI, 2006).

Pode-se inferir, que os relatórios de sustentabilidade elaborados conforme as diretrizes da GRI vão ao encontro da teoria dos *stakeholders*, já que enfatizam a importância de todos os *stakeholders* ao desenvolver parâmetros para a evidenciação das informações:

Todos os documentos que compõem a Estrutura de Relatórios GRI são desenvolvidos por meio de um processo de busca de consenso entre os stakeholders, como empresas, investidores, trabalhadores, sociedade civil, contadores e comunidade científica, entre outros, e estão sujeitos a testes e melhoria contínua”(GRI, 2006).

A GRI orienta que o conteúdo do Relatório de Sustentabilidade seja dividido em três partes: perfil, informações sobre a forma de gestão e indicadores de desempenho (GRI, 2006).

O perfil deve fornecer informações sobre o contexto em que a organização está inserida, como sua estratégia, perfil e governança. A compilação dessas informações deve facilitar a compreensão do desempenho organizacional e a relevância da sustentabilidade para

a empresa. Nesse tópico deverão ser declarados os desafios quanto ao desempenho econômico, social e ambiental da empresa e o impacto sobre as tendências, riscos e oportunidades de sustentabilidade sobre o desempenho financeiro. Além disso, dados gerais da empresa deverão ser informados, tais como: nome, produtos e serviços, localização, entre outros.

A forma de gestão deverá conter uma breve visão de como a empresa se estrutura nas categorias econômica, social e ambiental. Não existe obrigatoriedade de agrupamento de informações. A organização poderá fazê-lo da forma que melhor lhe convier, mas, para garantir comparabilidade, deverá tratar de todos os aspectos concernentes a cada categoria.

Os indicadores de desempenho de sustentabilidade estão organizados em três dimensões: econômica, social e ambiental. Cada dimensão aborda sua forma de gestão pela organização e um conjunto de indicadores de desempenho classificados em essenciais e adicionais. Os indicadores de desempenho essenciais foram desenvolvidos por processos *multistakeholders*, visando identificar os indicadores normalmente aplicáveis e relevantes para a maioria das organizações. Eles devem ser demonstrados, a não ser que não estejam de acordo com os princípios de elaboração dos relatórios. Os indicadores adicionais referem-se a aspectos que podem ser relevantes apenas para algumas organizações (GRI, 2006).

Alguns setores da economia, por apresentarem questões específicas que impactam o meio ambiente, são orientados a publicar relatório complementar para divulgar tais informações. Exemplos são os setores de operações em aeroportos, que necessitam mensurar o nível de ruído nos aeroportos. Os relatórios complementares são desenvolvidos a partir do mesmo princípio das orientações de relatórios GRI, utilizando grupos de trabalho *multistakeholders*.

A GRI apresenta três gerações de orientações para relatório. Atualmente, as utilizadas são as G3 e G3.1, que em breve deverá ser substituída pela G4.

Em setembro de 2010, o conselho de diretores da GRI aprovou o planejamento para iniciar o desenvolvimento para próxima geração de orientações de relatório (G4).

A revisão tem como principais objetivos:

- Oferecer orientação que facilite a compreensão e o uso das orientações;

- melhorar a qualidade técnica do conteúdo das diretrizes, a fim de eliminar as ambiguidades e interpretações divergentes para o benefício das partes interessadas na informação;
- harmonizar, tanto quanto possível, com outras normas internacionalmente aceitas; e
- melhorar a orientação sobre a identificação de questões "materiais" - da perspectiva de diferentes *stakeholders* – para serem incluídos nos relatórios de sustentabilidade;

Em janeiro e fevereiro de 2013, o documento final foi submetido ao Conselho de *Stakeholders*, ao Comitê Técnico e ao Conselho de Administração da GRI, para aprovação final, conforme Quadro 1, que traz o resumo do processo de adequação da nova versão de diretrizes.

Quadro 1: Resumo do processo de diretrizes GRI G4

Período	Procedimento
1) setembro de 2010	O conselho de diretores da GRI aprovou o planejamento para iniciar o desenvolvimento para a próxima geração de orientações de relatório (G4).
2) maio de 2011	A GRI iniciou uma consulta externa.
3) agosto a novembro de 2011	O primeiro comentário público (PCP) para o G4.
4) dezembro de 2011 e em janeiro de 2012	Formação de grupos de trabalho a partir da primeira consulta.
5) fevereiro, março e abril de 2012	Reunião dos grupos de trabalho.
6) maio a julho de 2012 (Ethos) 25 de Junho a 25 de setembro de 2012 (GRI)	O segundo período para comentários públicos para o G4.
7) outubro e novembro de 2012	Grupos reunidos para análise da segunda consulta pública.
8) janeiro e fevereiro de 2013	O documento final foi submetido ao Conselho de <i>Stakeholders</i> , ao Comitê Técnico e ao Conselho de Administração da GRI, para aprovação final.
9) maio de 2013	O lançamento da versão G4 das Diretrizes da GRI foi feito durante a conferência da GRI.

Fonte: GRI (2013).

O lançamento da versão G4 das Diretrizes da GRI foi realizado na conferência da GRI, que ocorreu em maio de 2013. O período para a transição das versões G3 ou G3.1 para a G4 será discutido e definido pelo Conselho de Administração da GRI.

O Relatório de Sustentabilidade GRI ou as informações no Relatório Integrado podem ser definidos como a forma de as empresas demonstrarem sua relação com seus

diferentes públicos, no contexto socioambiental, além de gerenciar os impactos causados por suas estratégias sobre eles, ao evidenciar e descrever os gastos com investimentos sociais e ambientais.

O primeiro estágio na elaboração de um relatório de sustentabilidade é a identificação das partes interessadas prioritárias, ou seja, para quem a empresa tem interesse em divulgar informações. A partir daí, poderá ser planejado o que irá divulgar e como irá divulgar para atender às perspectivas de compreensão das informações por parte dos que utilizarão as mesmas.

Segundo Barbieri (2004, p. 230):

[...] os empregados desejam conhecer as consequências ambientais das operações da empresa sobre o ambiente interno de trabalho; e as ONGs ambientalistas, os esforços da empresa com respeito ao conceito de sustentabilidade e a capacidade de suporte da terra. As informações relevantes para os empregados referem-se à participação nas decisões, aos programas de educação e treinamento, à responsabilidade e conformidade com as normas legais e à avaliação dos riscos; para as ONGs, as informações relevantes podem incluir detalhes das tendências de desempenho da empresa e questões relativas ao ciclo de vida dos produtos.

No entanto, há algumas informações mínimas que devem ser evidenciadas pelas empresas aos *stakeholders*, independente dos interesses específicos de cada um, para que possam ser compreendidos fatores básicos, como a política ambiental, as metas socioambientais e os danos ambientais significativos que foram causados (GRI, 2006).

A GRI criou diversos indicadores, dentre eles os ambientais, que têm a finalidade de avaliar e medir, através da padronização de divulgação de informações, determinados aspectos referentes às operações das instituições para que seja analisado o seu desempenho ambiental, proporcionando às organizações informações para a tomada de decisões quanto à eficiência de suas ações para a preservação do meio ambiente.

2.5 Indicadores Ambientais

A *Organization for Economic Co-Operation and Development* (OCDE), (2002, p. 191) define indicadores como:

Parâmetro, ou valor calculado a partir de parâmetros, fornecendo indicações sobre ou descrevendo o estado de um fenômeno, do meio ambiente ou de uma zona geográfica, de uma amplitude superior às informações diretamente ligadas ao valor de um parâmetro.

Os indicadores, segundo Rua (2004), podem ser comparados a uma balança que possa ‘pesar’ os dados e mensurar sua qualidade, de acordo com os processos ou eventos a que se referem. Consistem na atribuição de números a objetos ou acontecimentos, seguindo determinadas regras.

A OCDE (2009), organização internacional de países industrializados que busca a potencialização da economia e desenvolvimento de seus membros, conceitua indicadores como uma medida que captura informações e proporciona conhecimento que pode ser usado pelo tomador de decisões. Eles podem ser usados a partir de um determinado contexto e do que se deseja avaliar.

Cassiolato e Guerresi (2010, p. 27) aprofundam a definição de indicadores, explicando que são

[...] uma construção que possibilita a averiguação do sentido e da intensidade do movimento de uma dada variável (ou conjunto de variáveis) relevante para o enfrentamento do problema. Pode ser quantitativo ou qualitativo, mas sempre dotado de significado particular e utilizado para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.

O objetivo do uso dos indicadores é transformar dados de uma realidade observada, traduzi-los de forma mensurável, a fim de possibilitar a operacionalização de sua avaliação (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010). Os indicadores permitem a conversão de aspectos, muitas vezes subjetivos, de fenômenos sociais em dados mensuráveis, proporcionando a utilização de métodos de avaliação de tais aspectos.

Os indicadores podem ser classificados em diversas categorias, dependendo do seu objeto de estudo e dos fenômenos a que se associarão. Existem indicadores sociais, que mensuram aspectos da sociedade; indicadores gerenciais, que medem fatos empresariais; indicadores ambientais, que estão relacionados aos recursos do meio ambiente, dentre outros.

Os indicadores ambientais foram mais estudados a partir da disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial. A *European Environmental Agency* (EEA, 1999), Agência Europeia de Meio Ambiente, explica que os indicadores ambientais geram informações sobre fenômenos consideradas típicas ou críticas para a qualidade ambiental, simplificando dados de uma realidade complexa.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008, p. 8) conceitua um tipo de indicador específico para o desenvolvimento sustentável:

Indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Devem ser vistos como um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e não como um fim em si mesmos. Valem mais pelo que apontam do que pelo seu valor absoluto e são mais úteis quando analisados em seu conjunto do que o exame individual de cada indicador.

A EEA (1999) explica que os indicadores ambientais, além de apresentar a finalidade de dar suporte à elaboração de políticas de responsabilidade relacionadas a ameaças ao meio ambiente e monitoramento das respectivas políticas, podem sensibilizar a opinião pública sobre as questões ambientais.

O uso de indicadores ambientais pelos bancos para a avaliação de suas atividades e condutas e para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade pode propiciar maior transparência para o processo de análise da aplicação de seus recursos e investimentos em atividades para a proteção e preservação ambiental, refletindo na credibilidade diante de seus *stakeholders*.

Os indicadores ambientais adotados pela GRI têm como finalidade a avaliação da dimensão ambiental da sustentabilidade nas empresas, que “[...] se refere aos impactos da organização sobre sistemas vivos e não-vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água” (GRI, 2006, p. 27).

Os indicadores ambientais GRI, conforme diretrizes atualizadas até a versão G3, são empregados para auferir alguns aspectos relativos ao desempenho ambiental das organizações: a utilização de insumos (material energia e água); o processo de produção (emissões, efluentes, resíduos); a conformidade ambiental; gastos com meio ambiente; os impactos sobre a biodiversidade; os efeitos de seus produtos ou serviços sobre o meio ambiente; e os prejuízos causados pelo transporte em suas atividades (GRI, 2006)

A utilização de insumos é dividida em três aspectos considerados como indicadores pela GRI: materiais, energia e água. Esses três componentes são utilizados pela maioria das organizações e são considerados relevantes sob o ponto de vista ambiental.

O aspecto materiais é instituído para descrever os esforços das empresas para conservar os recursos globais, reduzindo seu uso e aumentando a eficiência da economia, além de relatar a utilização de materiais reciclados. O aspecto energia absorve informações sobre a diminuição do consumo de energia direta (consumida pela empresa), através de um consumo mais eficiente ou da substituição de energias fósseis por renováveis, sobre o desenvolvimento de produtos e serviços que requeiram menos uso de energia e sobre a redução de energia indireta (consumo de energia pelos que servem a organização). O aspecto água revela o volume de água consumido pela organização, os efeitos desse consumo para o lençol freático e eficiência da utilização da água, a partir de sua reutilização ou reciclagem (GRI, 2006).

O processo de produção é averiguado a partir do aspecto emissões, efluentes e resíduos, que indicam as emissões-padrão consideradas poluentes no meio ambiente. Esse aspecto compõe-se de indicadores que mensuram poluentes estabelecidos frequentemente por estruturas regulatórias e por convenções internacionais, cujos temas tratavam do efeito estufa e da destruição da camada de ozônio.

O aspecto biodiversidade capta informações sobre a ocupação, pelas organizações, de áreas legalmente protegidas, sobre os danos causados sobre a fauna e flora locais. Indaga, também, se a empresa possui instrumentos de gestão de possíveis impactos ambientais relacionados a prejuízos de áreas de preservação da biodiversidade.

O aspecto produtos ou serviços tem a finalidade de mensurar, após o processo de produção, os impactos que esses produtos ou os serviços prestados podem causar ao meio ambiente. Para isso, as organizações são avaliadas quanto à capacidade de mitigar os danos causados por produtos na sua fase de uso e no término de sua vida útil, além da recuperação de embalagens utilizadas na distribuição e produtos obsoletos.

Os gastos com meio ambiente são medidos através do aspecto geral, que objetiva mensurar e organizar o total de investimentos em preservação ambiental, a fim de gerar informações sobre a eficiência da aplicação de seus recursos para mitigação de prejuízos, remediação de impactos e gestão do desempenho ambiental.

O aspecto transporte representa os prejuízos ambientais ocasionados pela logística das operações de uma organização. O abastecimento de suprimentos e distribuição de produtos ou materiais, além do transporte de trabalhadores, resultantes de atividades empresariais são avaliados pelos indicadores ambientais.

Em se tratando das instituições bancárias, alguns dos indicadores não são avaliados pelo fato de os resultados não serem materiais, já que essas instituições não apresentam atividades que causam grande impacto ambiental. Do conjunto de 30 indicadores ambientais propostos pela GRI, 15 são aplicáveis aos bancos para mensurar seu desempenho ambiental.

3 METODOLOGIA

A pesquisa utiliza concomitantemente os métodos científicos dedutivo e indutivo. O método dedutivo pressupõe uma maior certeza a uma determinada premissa, já que se alicerça em fatos comprovados para alcançar conclusão sobre aquela. Freitas e Prodanov (2013, p. 27) que:

O método dedutivo, de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica.

Lakatos e Marconi (2003, p. 86) definem os argumentos indutivos:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

O método dedutivo foi aplicado ao observar o nível de divulgação ambiental, segundo a Teoria dos *Stakeholders* e o padrão internacional; e o indutivo, com foco na análise específica do nível de divulgação nas instituições bancárias.

Quanto aos métodos de procedimento, a pesquisa se caracteriza como um estudo monográfico, pois analisa, de forma profunda, a divulgação ambiental dos indicadores internacionais dos 14 maiores bancos brasileiros.

A pesquisa realizada é classificada como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória possibilita o aprofundamento sobre o tema a partir da evolução das ideias apresentadas pelo problema de pesquisa. Gil (2002) explica que a pesquisa exploratória objetiva maior conhecimento do problema para que seja possível a construção de hipóteses e a descoberta de intuições, abrangendo os mais variados aspectos relacionados ao tema. A pesquisa explora qualitativamente os indicadores ambientais da GRI publicados no setor bancário brasileiro.

A pesquisa descritiva consiste na descrição de características de um determinado grupo ou fenômeno, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, ou o estabelecimento de relação entre variáveis. A análise descritiva dos indicadores destacados na amostra evidencia o foco ambiental do setor bancário, no que tange aos bancos de maior Patrimônio Líquido do país.

O delineamento da pesquisa é caracterizado pelo planejamento da pesquisa, considerando o ambiente e o modo pelo qual os dados foram coletados e a análise desses dados (GIL, 2002). Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, já que foram analisados livros, teses e artigos, e os Relatórios Contábeis e de Sustentabilidade das instituições pesquisadas, como documentos secundários e de fonte privada.

Os enfoques à Teoria da Contabilidade são contemplados pelo ético, já que visa o posicionamento da empresa quanto às suas atitudes perante a sociedade; o econômico, no nível social-empresarial, pois estuda os aspectos socioambientais que podem gerar resultado financeiro para a empresa; e comportamental, porque observa a relação da sustentabilidade com a Teoria dos *Stakeholders*, afetando a tomada de decisões das partes interessadas e seu impacto no resultado e no patrimônio dos bancos.

A amostra adotada na pesquisa foram os 14 maiores bancos brasileiros, classificados de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), de forma decrescente, pelo tamanho do patrimônio, conforme Anexo A. Os dados foram coletados no site do BCB. A escolha do tamanho do patrimônio como parâmetro deve-se ao alcance do objetivo de pesquisa, por tratar-se de divulgação de Relatório de Sustentabilidade, no modelo internacional (GRI).

A GRI apresenta em suas versões G3 e G3.1 de diretrizes para elaboração de Relatórios de Sustentabilidade um total de 30 indicadores ambientais, porém, para a pesquisa, foram utilizados apenas os 15 indicadores (Anexo B) considerados materiais para as operações das instituições bancárias, no padrão de *check-list*. Para a definição da materialidade dos indicadores para a atividade foi considerado como parâmetro o relatório da instituição Banco do Brasil S.A, considerada pioneira na divulgação no setor.

Para mensurar o nível de divulgação internacional dos bancos, no aspecto ambiental, foi verificada a divulgação de cada indicador ambiental classificado como material em 2012, a partir dos Relatórios de Sustentabilidade e dos Relatórios Contábeis apresentados, transformando o resultado da quantidade de divulgações de indicadores em índices, de acordo com um *check-list* (Anexo B).

Considerando que cada instituição da amostra poderá obter pontuação máxima de 15 (15 indicadores com valor igual a 1), o valor do índice do Nível de Divulgação dos Indicadores Ambientais (NDIA) é calculado dividindo-se a pontuação obtida pela instituição

pela pontuação máxima que poderia ser obtida (n=15), conforme Equação 1 (LIU E ANBUMOZHI, 2009).

$$NDIA = \sum_{j=1}^n \frac{d_j}{n} \quad (1)$$

Onde:

NDIA: o resultado obtido representa o nível da divulgação da informação ambiental de cada instituição.

d_j: será igual a zero quando o indicador não for divulgado e será igual a 1, caso o indicador seja divulgado.

n: a pontuação máxima que cada instituição pode obter.

Quanto à técnica de coleta de dados, a pesquisa se caracteriza como documental e de conteúdo, já que foram analisados Relatórios de Sustentabilidade e Demonstrações Financeiras das instituições bancárias.

Quanto à técnica de análise de dados, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, utilizando a análise de conteúdo, já que foram feitas inferências a partir de dados coletados nas demonstrações das instituições bancárias. Martins e Teóphilo (2007) explicam que a análise de conteúdo é uma técnica aplicada para analisar dados de forma objetiva e sistêmica, buscando, para isso, inferências confiáveis a partir de dados ou informações coletados em determinado contexto.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

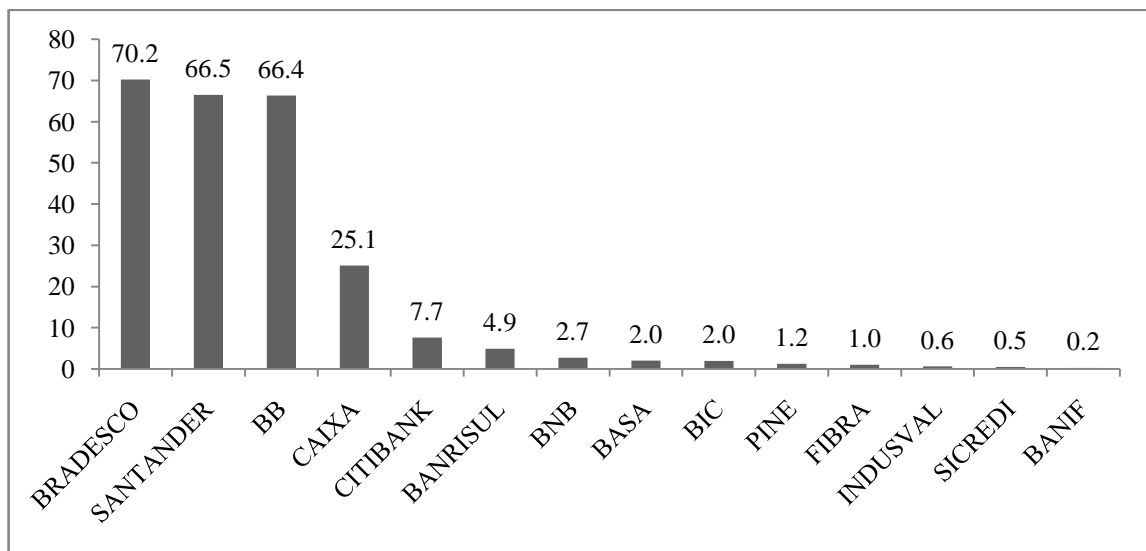
4.1 Análise Descritiva

Quanto ao perfil das instituições bancárias, todas se classificam como bancos múltiplos, operando carteiras distintas. Além disso, dos 14 bancos, 5 são instituições públicas, sendo 4 federais (Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal) e uma estadual (Banrisul). As 9 instituições restantes são privadas.

No Gráfico 1, observa-se os valores dos Patrimônios Líquidos (PL) dos bancos no ano de 2012 e é percebido o destaque de quatro bancos, que apresentam PL superiores a 25 bilhões de reais: Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa. As demais instituições apresentam PL inferior a 10 bilhões de reais.

Três instituições apresentam PL inferiores a um bilhão de reais, destoando dos demais bancos: a Indusval S.A, a Sicredi e o Banco Banif.

Gráfico 1 – Patrimônio Líquidos das instituições bancárias. Brasil, 2012, R\$ bilhões.

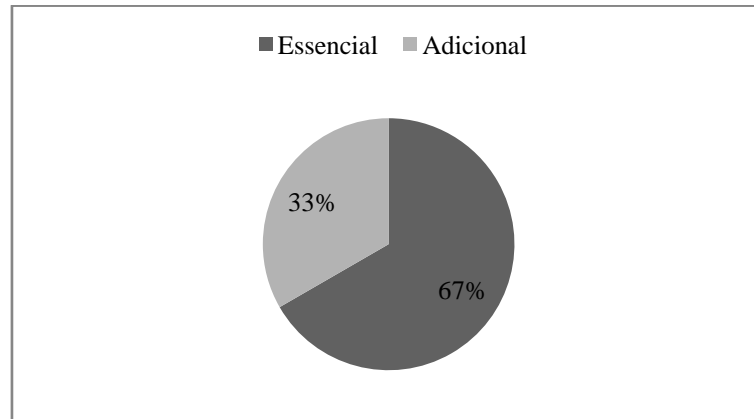


Fonte: Elaborado pelo autor.

Os indicadores ambientais sugeridos pela *Global Reporting Initiative* (GRI), aplicados ao estudo, são classificados em dois grupos: essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais são considerados materiais por grande parte das empresas e, normalmente, devem ser demonstrados. Os indicadores adicionais podem ser classificados como materiais, dependendo da atividade da empresa (GRI, 2006).

Ao analisar os 15 indicadores ambientais utilizados no estudo, foi observado, de acordo com o Gráfico 1, que aproximadamente 67% dos indicadores ambientais são classificados como essenciais e, portanto, normalmente demonstrado pela maioria das organizações, independente da atividade desenvolvida por esta. Por outro lado, 33% dos indicadores são adicionais.

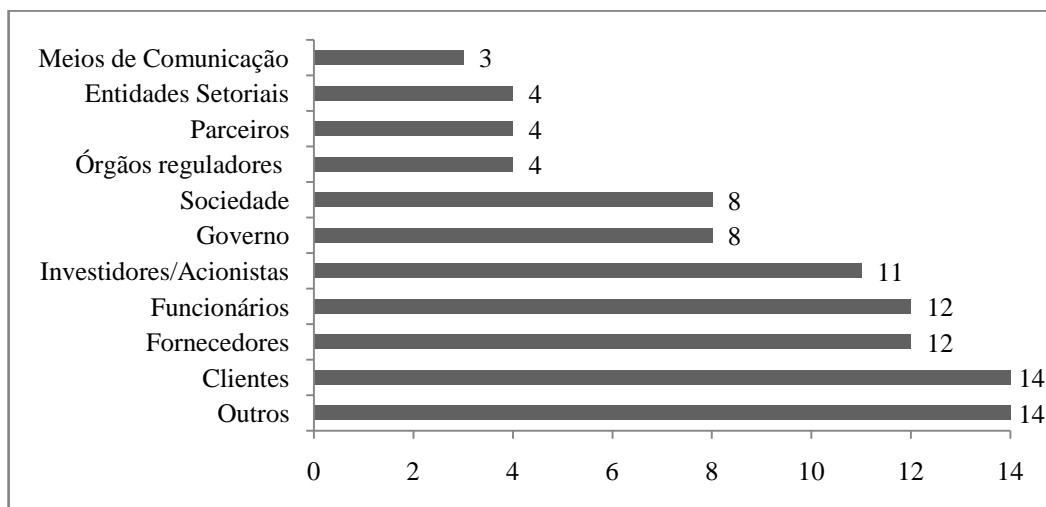
Gráfico 2 – Indicadores ambientais Essenciais e Adicionais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos Relatórios de Sustentabilidade (por vezes contidos nos Relatórios Anuais) publicados pelas instituições bancárias são indicadas, conforme orientação das diretrizes da GRI, as partes interessadas que devem ser alcançadas pelas informações divulgadas. O Gráfico 3 foi elaborado a partir da relação dos *stakeholders* que cada banco buscou atingir com seus Relatórios de Sustentabilidade.

Gráfico 3 – *Stakeholders* das instituições bancárias em 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, no Gráfico 3, que os ‘Clientes’ são o único grupo de *stakeholder* a ser considerado por todos os bancos em seus Relatórios de Sustentabilidade, demonstrando a importância que as instituições estudadas dispõem para eles.

Outras duas partes interessadas são bastante representativas: ‘Fornecedores’ e ‘Funcionários’. Apenas duas instituições não relacionaram esses *stakeholders* em seus relatórios, o que reflete a percepção que as instituições bancárias apresentam sobre a importância de ambos para as suas operações.

De um total de 14 instituições estudadas, apenas três não identificaram ‘Investidores e Acionistas’ como partes interessadas nos Relatórios de Sustentabilidade. Esse dado constata como as instituições bancárias percebem a influência das ações de sustentabilidade para esse grupo de *stakeholder* e sua determinação nos volumes de investimentos.

Pouco mais da metade das instituições citou ‘Governo’ e ‘Sociedade’ em suas publicações. Em se tratando do primeiro, indaga-se sobre a implementação de políticas públicas que elevem a divulgação ambiental nas empresas. Como não há dispositivo que imponha a transparência de informações ambientais padronizadas por este *stakeholder*, as instituições podem não elencá-lo como parte interessada. Quanto à ‘Sociedade’, percebe-se que alguns bancos se restringem às partes interessadas diretamente envolvidas em suas operações, como funcionários, fornecedores, clientes, investidores e acionistas. Essa característica pode ir de encontro ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, pois este aponta o bem-estar futuro da sociedade como maior objetivo.

Algumas partes interessadas são citadas razoavelmente pelos bancos, tais como: ‘Órgãos reguladores’, ‘Entidades setoriais’, ‘Parceiros’ e ‘Meios de comunicação’. Prevê-se que as duas primeiras têm sua relevância pelas sanções que delas podem advir, enquanto as duas últimas pela reputação e credibilidade da marca e operações das instituições bancárias.

O grupo ‘Outros’ é composto por partes interessadas que obtiveram pouca representatividade dentre os bancos, ou seja, apenas um ou dois bancos os citaram em suas demonstrações. Os *stakeholders* pertencentes a esse grupo são: dirigentes, especialistas em sustentabilidade, fundações, indústria bancária, instituições de desenvolvimento, meio ambiente, mercado, Organizações Não Governamentais, sindicatos e outras organizações.

4.2 Análise Qualitativa

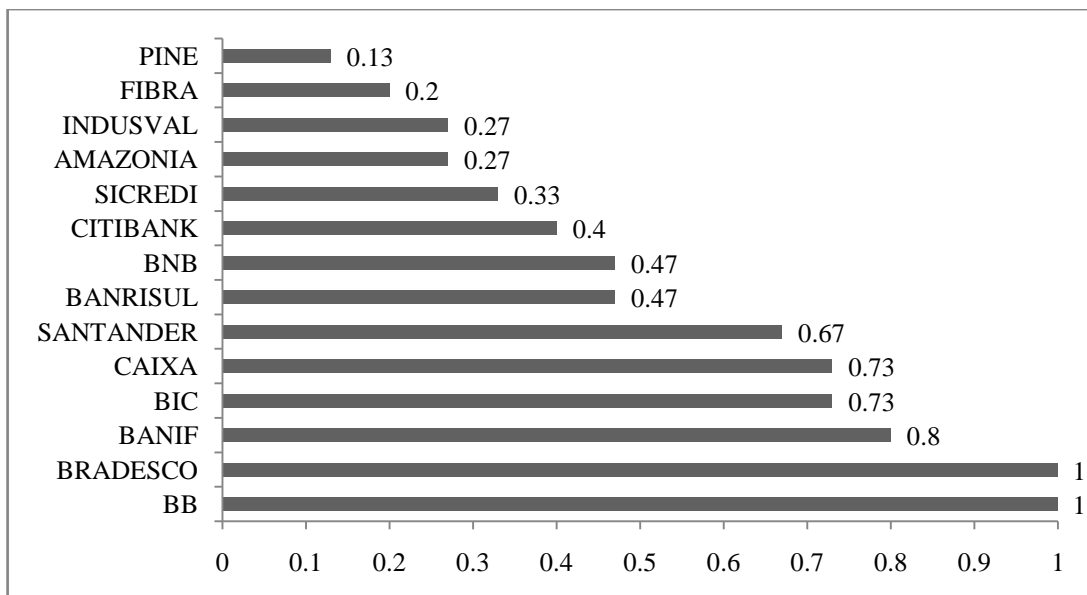
Para medir a divulgação ambiental no padrão internacional, foi elaborado o índice do Nível Divulgação dos Indicadores Ambientais (NDIA), que foi calculado a partir da proporção do número de indicadores ambientais da GRI divulgados em razão do total de indicadores ambientais estudados, ver Gráfico 4.

Apenas duas instituições bancárias alcançaram índice NDIA 1, ou seja, divulgam todos os 15 indicadores ambientais estudados: o Banco do Brasil S.A. e o Bradesco S.A. Destaca-se com menor índice o Banco PINE S.A., obtendo apenas 0,13.

Ao analisar os dados a partir da média, que foi calculada em 0,53, pode-se concluir que mais da metade dos bancos se encaixam abaixo dela: das 14 instituições pesquisadas, 8 não alcançaram a média, o que demonstra a irregularidade do nível de divulgação ambiental pelos bancos.

Das cinco instituições bancárias públicas (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Rio Grande do Sul, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), apenas duas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) apresentam índices superiores à média, o que pode indicar desarticulação do Governo quanto às práticas de divulgação ambientais, tendo em vista que este controla, majoritariamente ou integralmente, as instituições supracitadas.

Gráfico 4 – Índice do Nível de Divulgação dos Indicadores Ambientais em 2012.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando se relaciona o índice de NDIA das instituições bancárias aos seus PL, verifica-se que os índices dos quatro maiores bancos, classificados quanto ao volume de PL, são superiores à média. Por outro lado, ao analisar os índices das dez demais instituições, constata-se que apenas duas possuem índices superiores à média, o que pode indicar que os bancos com maior PL apresentam maior nível de divulgação ambiental.

O banco Banif se contrapõe ao comparar o PL ao NDIA, pois, embora possua o menor PL entre todas as instituições bancárias, obteve índice de 0,8, significativamente superior à média.

As instituições BIC e Banif se destacaram por apresentar índices de NDIA superiores à média em contrapartida a um volume de PL pouco representativo em relação aos bancos que destoam em relação à superioridade daquele volume.

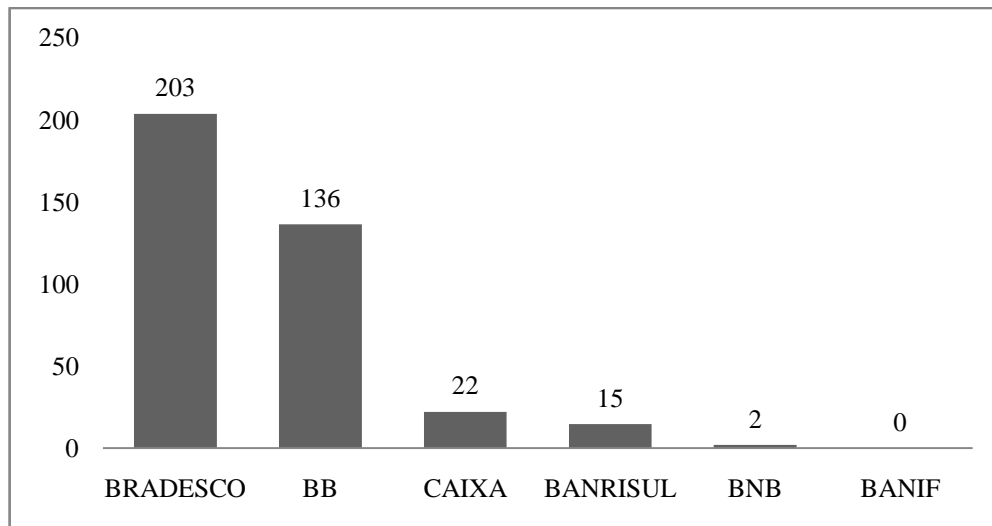
Foi analisado, ainda, o indicador ambiental EN30, que mensura o montante de investimentos em proteção ambiental das instituições bancárias, no ano de 2012. O Banco Banif divulgou tal informação na moeda Euro. Foi, portanto, utilizada cotação do mês de dezembro de 2012 para converter o valor para a moeda Real, utilizando a ferramenta de conversão de moedas disponível no endereço eletrônico da UOL.

Do total de instituições verificadas, apenas seis divulgaram o indicador EN30. As demais não justificaram a falta de atendimento ao indicador. Dentre os seis bancos que publicaram informações sobre o indicador, dois se destacaram com investimentos bastante superiores, de acordo com o Gráfico 5, respectivamente com R\$ 203,4 e R\$ 136,1 milhões, aproximadamente: o Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. Ambos os bancos também apresentam valores bastante superiores aos demais quanto ao PL, exceto em relação ao Santander S.A., que detém um PL semelhante.

O Banco Banif apresenta o menor volume de investimentos em proteção ambiental, no ano de 2012, dentre as seis instituições que atendem à divulgação do indicador EN30, com aproximadamente R\$ 1.350. Observa-se que o valor aplicado por esse banco é expressivamente inferior aos demais e, portanto, pouco representativo. A supracitada instituição, além disso, registra o menor PL das 14 instituições bancárias estudadas.

Das seis instituições que demonstraram o indicador EN30, quatro são públicas. Apenas o Banco da Amazônia não divulgou a informação, dentre os bancos públicos estudados.

Gráfico 5 – Volume de investimentos ambientais das instituições bancárias. Brasil, 2012, R\$ milhões.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à divulgação ambiental, constatou-se que o Bradesco e o Banco do Brasil foram os únicos bancos com desempenho máximo quanto ao resultado do índice NDIA, porém, em relação às demais instituições bancárias, houve instabilidade quanto aos resultados.

Trierweiller *et al.* (2011) corroboram ao concluir, em seu trabalho, que o Bradesco apresenta preocupação quanto à divulgação de informações financeiras, sociais e ambientais e que o tema ‘meio ambiente’ está disposto na estratégia e nos vários níveis organizacionais do banco.

Scharf *et al.* (2011) confirmam o bom desempenho ambiental do Banco do Brasil ao atestar que “[...] as ações de sustentabilidade adotadas pelo BB geram um reconhecimento positivo da marca, tanto pela sua capacidade de alterar o meio, no aspecto ambiental[...]”.

Fabrini (2012) retrata a dificuldade de divulgação pelos bancos por se tratar de uma demanda informacional relativamente nova e que, por isso, as instituições bancárias estão em fase de implantação de instrumentos que possibilitem a aferição dessa demanda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização do Sistema Financeiro Nacional e das instituições bancárias brasileiras e sua relação com práticas de Responsabilidade Social enfatizaram o desenvolvimento das aplicações e instrumentos que visam à Responsabilidade Social Empresarial. Conforme teoria referenciada neste trabalho, o cenário atual deve impulsionar os bancos brasileiros à transparência de suas informações ambientais para que as partes interessadas possam ser atendidas quanto às suas necessidades informacionais.

Através da análise dos Relatórios de Sustentabilidade no modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), de 2012, foram destacados 15 indicadores ambientais materiais para o setor bancário e 14 instituições que divulgam os dados socioambientais segundo o citado modelo.

Foram identificados os principais *stakeholders* dos bancos brasileiros, conforme informações publicadas em seus relatórios. A principal parte interessada são os clientes, seguidos de funcionários, fornecedores, investidores e acionistas. Destaca-se o governo e a sociedade, apesar de haverem apresentado razoável interesse por parte das instituições estudadas, como grupos que poderiam ser mais relacionados, tendo em vista a compatibilidade com o objetivo do Desenvolvimento Sustentável.

Após verificação da publicação dos indicadores ambientais segundo modelo da GRI, foi calculado índice do Nível de Divulgação dos Indicadores Ambientais (NDIA), que pôde mensurar a dispersão da divulgação ambiental no padrão internacional, no ano de 2012. Aproximadamente 43% dos bancos apresentou excelente nível de divulgação, enquanto 57% se posicionou abaixo da média de divulgação entre as empresas estudadas.

Além disso, foi analisado, especificamente, o indicador EN30, responsável por medir o volume de investimentos ambientais da organização. A maioria dos bancos não atendeu à divulgação desse indicador, nem justificaram o fato. Pode ser enfatizada a presença dos bancos públicos na divulgação desses indicadores. Do total que atendeu à divulgação, aproximadamente 67% das instituições são públicas.

Ao comparar o índice do NDIA com o Patrimônio Líquido (PL) das instituições bancárias, foi verificado que as quatro maiores empresas em PL apresentam índices superiores

à média. Tal comportamento pode indicar o maior interesse na transparência e divulgação ambientais pelos maiores e mais renomados bancos.

Em contrapartida, não se pode presumir que os menores bancos em PL dispõem de menor preocupação com a transparência ambiental, pois alguns apresentaram índices NDIA mais elevados que as instituições com maior PL. Como exemplo, cita-se o BIC e o Banco Banif, com NDIA igual a 0,73 e 0,80, respectivamente. Vale ressaltar que o Banco Banif é a instituição de menor PL dentre as estudadas.

Portanto, conclui-se que o nível de divulgação ambiental das instituições bancárias, no padrão internacional GRI, no exercício de 2012, apresentou dispersões, porém houve maior regularidade do nível de divulgação nos maiores bancos, que obtiveram bom nível de divulgação ambiental.

REFERÊNCIAS

BLACK SUN PLC. **Understanding transformation building the business case for integrated reporting**. Disponível em <www.blacksunplc.com> Acesso em 15. jan. 2013.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Índice Bovespa – Ibovespa**. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=Ibovespa&Idioma=pt-br>> Acesso em 13. abr. 2014.

_____. **Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE**. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-br>> Acesso em 13. abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Brasília, DF, 02. Set. 1981. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em 5. fev. 2013.

_____. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Brasília, DF, 28. mai. 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm> Acesso em 10. out. 2013.

CAMARGO, Patrícia Olga. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CARROLL, Archie. **Corporate Social Responsibility: Business and Society**. v. 8, n. 3, set. 1999.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. **Como Elaborar Modelo Lógico de Programas: um roteiro básico**. Nota Técnica. Brasília: IPEA, 2010.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FREEMAN, Edward R. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman Publishing, 1984.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

FRIEDMAN, Milton. **The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits**. The New York Times Magazine, setembro, 1970.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 18. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. GRI, 2006. Consultado em <<https://www.globalreporting.org/>> Acesso em 9. abr. 2014.

_____. **Indicator Protocols Set Environment (EN)**. GRI, 2006. Consultado em <<https://www.globalreporting.org/>> Acesso em 9. abr. 2014.

_____. **Princípios para Relato e Conteúdos Padrão**. GRI, 2013. Consultado em <<https://www.globalreporting.org/>> Acesso em 9. abr. 2014.

HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie. (ed.). **The Tripple Bottom Line, does it all add up?: assessing the sustainability of business and CSR**. Estados Unidos: Earthscan, 2004.

IBASE. **Balço Social, dez anos: o desafio da transparência**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **O que é Responsabilidade Social Empresarial?**. Disponível em <<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=ethos&Lang=pt-BR>> Acesso em 27. mar. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIU, X.; ANBUMOZHI, V. (2009) Determinant factors of corporate environmental information disclosure: an empirical study of Chinese listed companies. **Journal of Cleaner Production**, 17(6), 593-600.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Lucro e reputação: interações entre bancos e organizações sociais na construção das políticas socioambientais**. 2010. 272 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas de mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 16. Universidade Federal de Santa Maria, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 brasileira: resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2. ed. Brasília, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Brundtland**. Disponível em <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em 27. fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Governing Regional Development Policy: The Use Of Performance Indicators**, 2009. Disponível em <<http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/urban-rural-and->

regional-development/governing-regional-development-policy_9789264056299-en#page1>
Acesso em 15. abr. 2014.

_____. **Rumo a um ambiente sustentável: Indicadores Ambientais** (tradução de Ana Maria S. F. Teles). Salvador: Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Máisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Márcia F. R. dos. PEIXOTO, José A. A. XAVIER, Leydervan de S. Indicadores de desenvolvimento sustentável: estudo comparativo entre Brasil e Suíça. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-20, 2008. Disponível em <http://www.uff.br/rpca/Volume%204/BrasilSuica.pdf>> Acesso em mai. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Cartilha de licenciamento ambiental**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – Amostra da Pesquisa.....	40
ANEXO B – Indicadores Ambientais Materiais para as Atividades das Instituições Bancárias.....	41

ANEXO A – Amostra da Pesquisa

CÓDIGO	INSTITUIÇÃO
01	BB
02	BRABESCO
03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
04	SANTANDER
05	CITIBANK
06	BANRISUL
07	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
08	BCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
09	BIC
10	FIBRA
11	BCO DA AMAZONIA S.A.
12	PINE
13	INDUSVAL
14	BANIF

Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXO B – Indicadores Ambientais Materiais para as Atividades das Instituições Bancárias

ASPECTO	CATEGORIA	INDICADOR	DEFINIÇÃO
Materiais	Essencial	EN1	Materiais usados por peso ou volume.
	Essencial	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Energia	Essencial	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
	Essencial	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
	Adicional	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
	Adicional	EN6	Iniciativa para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.
Água	Essencial	EN8	Total de retirada de água por fonte.
Emissões, Efluentes e Resíduos	Essencial	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso.
	Essencial	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa, por peso.
	Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas.
	Essencial	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
Produtos e Serviços	Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
Conformidade	Essencial	EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com as leis e regulamentos ambientais.
Transporte	Adicional	EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.
Geral	Adicional	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

Fonte: Elaborado pelo autor.